Importância do Direito Penal e Método de Ensino^(*)

Prof. LUÍS CRUZ DE VASCONCELOS

(Livre Docente de Direito Penal)

O "Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua" achou por bem escolher-nos para proferir uma palestra da série com que pretende, semanalmente, num programa de ação digno dos melhores encômios, apresentar ao corpo discente desta Augusta Casa trabalhos ligeiros da especialidade de cada professor, facilitando, assim, uma maior aproximação entre mestres e alunos e uma oportunidade para debates de palpitantes assuntos da atualidade.

Sem ser mestre e sem ostentar o pomposo e vaidoso título de especialista, devemos, contudo, agradecer ao Centro, cujos destinos já tivemos também a honra de dirigir, quando acadêmico dêste tradicional estabelecimento, devemos agradecer ao Centro,

(*) Palestra pronunciada no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, em 29-5-956.

na pessoa de seu ilustre presidente, a gentil e lisongada escolha de nosso nome para participar dêste programa de cultura.

Compreender-se-á que a natureza dessas palestras e o limite restrito de tempo em que devem ser proferidas nem comportam profundidade de estudo, nem justificam considerações desmedidas. Destinam-se ao corpo discente e, como tal, requerem linguagem compreensível e espírito de síntese. Pelo menos é êste o nosso entendimento a seu respeito.

* * *

A primeira parte do título que preferimos para nossa palestra poderá parecer vulgar, mas tem sua razão de ser. Já ouvimos de professor emérito a declaração de que o estudo do Direito Penal é o mais rudimentar e o que oferece menor importância dentre os ramos do Direito. A inclinação que o aluno naturalmente tem pelo Direito Penal significaria mais um estímulo da leitura de novelas policiais do que um interêsse real para conhecer os graves e palpitantes problemas dêsse importante ramo do saber humano. Vê-se, sem reboço, que tal opinião não poderia partir de um professor de Direito Penal, mas não deixa de provocar dúvida no espírito em formação de jôvens que buscam a escola jurídica para caldear sua cultura com o conhecimento dos princípios que norteiam a ciência de Ulpiano. Merece estudado, portanto, o assunto.

Por outro lado, em data mui recente, fomos acremente criticado pelo fato de não seguir a orientação do professor que nos antecedeu no exercício da cadeira que lecionamos, e não entender que “o Museu Criminal constitui hoje em dia uma peça necessária, imprescindível, obrigatória, ao bom ensinamento do Direito Penal”. Examinemos, por conseguinte, também êste tema.

* * *

Assim, nosso modesto trabalho está distribuído em duas partes. Na primeira, focalizaremos a importância do Direito Penal; na segunda, seu método de ensino.

* * *

IMPORTÂNCIA DO DIREITO PENAL. “Temos dentro de nós um desejo de ordem que nos impele quase invencivelmente para as classificações. São estas instrumento de clareza e por consequência do adiantamento de uma Ciência. Servem para seriar num único todo os seres e as coisas que convém submeter a um regime idêntico”. Estas palavras, enunciadas por PICARD, em sua tão divulgada e conhecida obra “O Direito Puro” (1), reproduzimo-las aqui, com a sinceridade de quem desejaria que fôsem de sua própria criação. Mas, queremos, ainda, invocar uma lição do apreciado professor da Universidade Nova de Bruxelas, para alcançar o objetivo que temos em vista. “Nas sociedades” — escreve êle — “existem, de um lado, interesses *privados* ou individuais, doutro, interesses públicos, ou coletivos. A vida social compreende dois aspectos: um, no qual se move a atividade que tem por objeto a satisfação direta das diversas necessidades da existência pessoal quotidiana; tem geralmente caráter egoísta; cada qual trata dos seus negócios e esforça-se por ocorrer às suas necessidades imediatas; as preocupações não vão além dêste círculo restrito; o homem aparece aí como um ser individual, isolado ou momentaneamente associado a quaisquer outros indivíduos; é tal como o trabalhador que cultiva o seu campo e que não tem com o exterior senão as relações úteis a êsse limitado domínio. No outro, ergue um tanto os olhos; os seus interesses pessoais e privados passam para segundo plano, abrem-se longínquos horizontes; revela-se a solidariedade do conjunto; apercebe-se o mecanismo *coletivo* das so-

(1) — Editorial Ibero — Americana — Barcelona, 1932, pág. 56.

ciudades com as suas inelutabilidades e a necessidade de um concurso de esforços para estabelecê-lo e fazê-lo mover.

“Ora, de um lado” — arremata — “tudo o que organiza juridicamente êstes esforços coletivos, quer no conjunto social (o Estado ou a Nação), quer nos conjuntos políticos secundários (Províncias ou Municípios), faz parte do *Direito Público*. E, por outro lado, tudo o que organiza juridicamente a atividade com vista aos interesses individuais, faz parte do *Direito Privado* (2).

Daí, concluimos a existência do *Direito Público* e do *Direito Privado*, admitindo ramificações cada um dêsses dois grandes ramos do Direito. Na esfera de ação do Direito Privado encontramos o Direito Civil, o Direito Comercial, o Direito do Trabalho. Sob o âmbito do Direito Público vamos achar o Direito Constitucional, o Direito Administrativo, o Direito Processual, o *Direito Penal*.

Convém, todavia, adiantar que, embora na atualidade a generalidade dos autores acate a classificação acima entre Direito Público e Direito Privado, há, como observa TORNAGHI, “quem negue qualquer valor às classificações e quem desautorize qualquer diferença entre Direito Público e Direito Privado” (3).

No direito romano distinguia-se um ramo do outro pelo objeto da utilidade e dizia-se norma de Direito Público aquela que encarnasse uma utilidade pública, e norma de Direito Privado a que traduzisse uma utilidade privada. No entender do jovem processualista brasileiro, é “difícil, entretanto, estabelecer por vêzes, a linha divisória entre a utilidade privada e a pública; impossível em certos casos em que coexistem necessàriamen-

(2) — Ob. cit., pág. 70.

(3) — “Processo Penal”, ed. 1953, I, pág. 23.

te, v. g. naquelas hipóteses de Direito Privado mas de ordem pública, como as reguladas nas normas sôbre casamento, e naquelas de Direito Público em que a própria lei avalia o interêsse particular como superior ao interêsse público (ex.: nos crimes de ação privativa do ofendido)". Daí porque também apresenta o seu critério de diferenciação. "A diferença" — diz êle — "entre o Direito Público e o Direito Privado deve ser baseada em dois elementos: nos sujeitos das relações reguladas e na finalidade da norma. Quando um dos sujeitos é o Estado — soberano (não o Estado súdito) e o objetivo da norma é um fim específico do Estado soberano, há Direito público; contrário, Direito privado.

"Assim, as relações entre o Estado e o funcionário público se regem pelo Direito Administrativo, que é ramo do Direito Público. Mas as relações entre o Estado e um empreiteiro que com êle contrata um serviço comum são reguladas pelo Direito Civil, que é Direito Privado.

"As relações de Direito Público são relações de subordinação; as de Direito Privado são relações de coordenação" (4).

Focalizamos êsse aspecto da questão para mostrar a existência da controvérsia, porém queremos acentuar que ela não altera o objetivo que temos em vista, porque, conforme apregoa ASÚA, "a índole pública de nossa disciplina aparece hoje como indiscutível" (5).

Na verdade, se é possível admitir que o Direito Penal tenha começado a manifestar-se tutelando interêsses individuais através da forma repressiva da vingança privada, apesar de haver quem pense, como SOLER, que a primeira forma de reação repressiva tenha tido caráter marcadamente social e religioso (6),

(4) — Ob. cit., págs. 22/3.

(5) — "Tratado de Derecho Penal", Editorial Lozada, S.A. Buenos Aires, 1950.

(6) — "Derecho Penal Argentino", 1951, tomo, I, § 4º.

e se é certo que em data relativamente recente — em fins do século XVIII e princípios do século XIX — ainda se discutia na Alemanha se o Direito Penal constituía um direito público, como queriam STÜBEL, MEISTER, FEURBACH e TITTIMANN, ou um direito Privado, como pretendiam HUGO e KLEINSCHROD, ou ainda ora um direito público, ora um direito privado, como opinava GROLMANN, o fato é que ninguém, na atualidade, deixa de enquadrá-lo no ramo do Direito Público.

Pois bem; se fica estabelecido que o Direito Penal é ramo do Direito Público, porque se destina a uma comunidade e impõe-se à obediência de todos, principiamos a divisar a sua importância e a compreender a necessidade de seu estudo.

Se atentarmos, então, para o fato de que só o Estado tem autoridade para exercer o *jus puniendi*, decretando normas que criam o delito, disciplinam as penas e as medidas de segurança, e se observarmos que, em última análise, êsse seu poder de ação vem contrapor-se a um atributo pessoal e natural do homem que é a liberdade, chegaremos à conclusão de que tal faculdade não deve ser exercida discricionariamente, irracionalmente, mas conforme o bem estar social, em razão dos interesses da comunidade, mesmo porque a comunidade se constitui do agrupamento de indivíduos.

É o homem o ser mais complexo. Não podemos encará-lo como uma máquina inerte, porque é um todo racional em movimento, portador, sim, de obrigações, mas também sujeito de direitos. A sociedade pode impor restrições ao seu comportamento, tendo em vista os interesses sociais e a necessidade de salvar a harmonia coletiva, mas, sob pena de exorbitar, não pode despersonalizá-lo, escravizando-o. A luta contra o crime é árdua e, sem dúvida, a impunidade ou a existência de leis punitivas defeituosas ou ineficientes constitui um dos fatores de aumento do índice de criminalidade, mas não basta atentar para

o crime, porque é preciso também olhar para o criminoso. Aí está porque as leis de caráter penal, que maior repercussão vão ter na vida do indivíduo, antes de serem promulgadas devem ser estudadas com seriedade e cuidado, competência e espírito público.

Por outro lado, se abrirmos, por exemplo, o nosso Código Penal e lermos seu primeiro dispositivo, lá encontraremos: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Se volvermos às normas que tratam da imputabilidade e ainda às que regem a aplicação das sanções, veremos fixados os graus da responsabilidade e as prescrições sobre a individualização das penas. São preceitos vivos que não podem ser olhados por observador estático, porque têm corpo e alma.

Porque não deve haver crime sem lei anterior que o defina? Porque não deve haver pena sem prévia cominação legal? Porque a emoção e a paixão não devem excluir a responsabilidade penal? Porque o juiz, ao aplicar a pena, deve atender aos antecedentes e à personalidade do agente criminoso, à intensidade do dolo ou grau de culpa, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime? Como estabelecer a relação de causalidade para considerar-se um fato como criminoso? Qual o critério para estipular-se a identificação dos chamados crimes preterintencionais? Qual a linha de separação entre a culpa consciente e o dolo eventual? Que orientação deve dar o advogado, o promotor de justiça, o juiz, no caso em que o agente criminoso praticou um crime como meio executivo de outro crime? Qual a verdadeira noção do crime continuado? Que dizer sobre a co-delinquência?

Eis aí questões que surgem no Direito Penal e são invocadas sem dificuldade, ao correr da imaginação, com caráter meramente exemplificativo.

Será que o interêsse pelo seu estudo, pelo conhecimento,

pela solução delas resultará da leitura de novelas policiais ou exigirá simples conhecimentos rudimentares?

Efetivamente, não! E talvez não exageremos, se dissermos que o estudo do Direito Penal requer o estudo do próprio homem. Por isso mesmo é um dos mais difíceis e um dos mais importantes. Estudar ou ensinar o Direito Penal não é mirar e reproduzir com lábios autômatos os textos de um Código ou de uma lei. É fazer o exame ordenado e sistemático dêles. Conhecer o Direito Penal é conhecer o conteúdo de outras Ciências Penais. É ter noções, pelo menos elementares, da Antropologia Criminal, Sociologia Criminal, Penologia, Criminalística, Política Criminal, etc., o que, por si só já seria bastante para demonstrar a importância de nossa disciplina.

Que leis poderíamos esperar de uma Nação onde não se estudasse ou não se levasse a sério o Direito Penal?

MÉTODO DE ENSINO — O estudo que o enunciado da rubrica envolve não comportaria ser debatido aqui, como complemento desta palestra. Por si só daria elementos para constituir a matéria de toda a palestra. Já justificamos, contudo, o motivo de aproveitar o ensejo para tratar dêste assunto, cabendo-nos, simplesmente, acrescentar que o fator tempo e as circunstâncias nos obrigam a restringir o seu aspecto doutrinário.

De antemão, porém, desejamos ressaltar que não ignoramos a observação que ROBERTO LYRA faz em sua recentíssima obra "Guia do Ensino e do Estudo de Dir. Penal", de que "é preciso não confundir o método de ensino com o método da ciência que se ensina". Lembraríamos, todavia, que, embora não se deva fazer essa confusão, deve-se também ter em vista que o método de ensino não pode extravasar o método da ciência que se ensina. Explicando-nos melhor: se o método da ciência que se ensina é o lógico abstrato, não se pode adotar no en-

sino dessa ciência o método experimental, mesmo que seja sob o pretexto de criar métodos de ensino.

Infelizmente, só agora chegou ao Ceará a primeira remessa da citada obra de ROBERTO LYRA, exatamente quando nos preparamos para o debate dêste assunto, sem ter a oportunidade de conhecê-la com a profundidade que parece estar merecendo. Apesar disso, pela impressão que tivemos da leitura esparsa do trabalho do eminente mestre, observamos nêle um anseio incontido para encontrar um método ideal de ensino do Direito Penal. É êle mesmo quem confessa seu desejo ardente de tê-lo conseguido, não se pejando de mostrar os seus recuos em métodos que adotara anteriormente.

É inegável que o verdadeiro professor não pode ficar indiferente ao aproveitamento de seus alunos. Tem que se convencer da necessidade dêsse aproveitamento, capacitando-se de que sua função não se limita a encher o tempo reservado à aula, nem a fazer dissertações faustosas, mais com o intuito de produzir impressões, do que de ensinar.

Apenas aspiramos a ser ainda um verdadeiro professor nesta Casa, mas, seja-nos permitido dizer, desde nosso ingresso no magistério superior, preocupamo-nos sèriamente com êsse problema. Testemunhem o que afirmamos aquêles que tiveram a oportunidade de estudar conosco.

Com êsse mesmo espírito reassumimos o exercício da 2a. cadeira de Direito Penal, em abril de 1953, na qualidade de livre docente, para substituir, por rodízio, o também livre docente de Direito Penal, Prof. Lauro Nogueira, hoje catedrático emérito de Direito Constitucional nesta Faculdade. No salão do 3º ano encontramos uma pequena estante com um frontispício de madeira, contendo a designação de "Museu Criminal Dr. João Vieira de Araújo" e guardando em um canto de suas prate-

leiras vazias um pacote de modelos de fichários que meu antecessor adquirira em uma livraria francesa.

Entendíamos e continuamos a entender que o Direito Penal é ciência dogmática, normativa, jurídica, e, por isso mesmo, seu método não pode ser o experimental. Não ignorávamos as discussões que se estabeleceram a respeito de método do Direito Penal, por provocação dos positivistas, mas sentíamos com ASÚA que “é certo que até os positivistas deram à sua escola uma tendência jurídica e que alguns deles, como GRISPIGNI, tiveram que reconhecer a inaplicabilidade do método experimental para a dogmática” (7).

Têm os positivistas como expoente máximo de sua Escola no Brasil o prof. ROBERTO LYRA, que é mestre insígne de nossa disciplina, há muitos anos, mas nunca ouvimos falar que êle tenha admitido que “o Museu Criminal constitui hoje em dia uma peça necessária, imprescindível, obrigatória ao bom ensinamento do Direito Penal”. O prof. Lauro Nogueira parece apoiar-se em ASÚA. Eis aqui a opinião de ASÚA sobre a matéria: “Resolutamente dizemos que o Direito Penal, enquanto *dogmática jurídica*, não pode ser trabalhado com o método experimental. Os sistemas de *observação* e de *experimento* devem reservar-se para a Criminologia” (8).

Não citaremos a opinião de NELSON HUNGRIA entre os nossos autores, porque já nos olham como um seguidor do mestre. Transcreveremos, porém, o ensinamento de BASILEU GARCIA, renomeado professor da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo, *in verbis*: “É graças a êsses dois elementos — objeto e método — que a Ciência do Direito Penal se distingue das outras Ciências Penais não jurídicas, mas, como são

(7) — Ob. cit., n. 47, pág. 174.

(8) — Ob. cit., pág. 175.

geralmente designadas — causais-explicativas: A Antropologia Criminal, a Psicologia Criminal, a Sociologia Criminal, etc. Essas disciplinas são também ciências penais, porque estudam o crime, a pena e as medidas de segurança e, além disso e principalmente, o delinqüente. Estudam-no entretanto, como fatos ou fenômenos naturais — antropológicos, psicológicos, sociológicos, etc — ao passo que a Ciência do Direito Penal, deixando de lado a delinqüência como fenômeno, se preocupa com as regras de direito formuladas para prevení-la ou combatê-la. Quanto ao método, adotam aquelas ciências naturais ou causais — explicativas o método indutivo, que procura descobrir as causas dos fenômenos, servindo-se da observação e, quanto possível, da experimentação, método êsse completamente diverso do adotado pela Ciência do Direito Penal, disciplina normativa e jurídica por excelência” (9).

Com o pensamento voltado para êsses conhecimentos, meus senhores, e com os olhos fixos no embrionário Museu Criminal que estava à nossa frente é que reiniciamos nossas atividades como professor de Direito Penal no 3º ano, naquele tempo. E, coisa curiosa, foram os alunos daquela mesma turma que nos concederam a honra de figurar como seu paraninfo no ano próximo passado!

Adotamos como método de ensino a esquematização da matéria de cada aula e ao lado do ensino teórico sempre procuramos ministrar aulas práticas em tórno dos ensinamentos teóricos expendidos. Quanto ao “Museu”, porque não quisemos criticá-lo, silenciemos a seu respeito, em atenção ao seu criador, para não lhe ferir a suscetibilidade.

O destino, porém, às vêzes cria situações que não desejamos e eis-nos a figurar como relator geral da 7a. Comissão de

(9) — “Instituições de Direito Penal”, vol. I, tomo I, pág. 10.

Estudos do I Congresso Nacional de Ensino Jurídico, comemorativo do cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará, e indicado para relatar "Meu Museu Criminal", trabalho que o Prof. Lauro Nogueira apresentara sobre a criação do seu Museu.

Com a licença do auditório, vamos ler o parecer respeitoso que proferimos, em data de 21 de outubro de 1953, e nos valeu a antipatia do autor do trabalho relatado.

PARECER — "O trabalho do Prof. Lauro Nogueira está distribuído em quatro partes. Na primeira, fêz um relatório, mostrando seu empenho na criação do que chama "Meu Museu Criminal", ou "O Museu Criminal da Faculdade de Direito do Ceará", estendendo-se em considerações sobre a designação que deveria dar ao Museu. Nessa oportunidade, fêz um estudo crítico e bibliográfico de TOBIAS BARRETO, ESMERALDINO BANDEIRA e de JOÃO VIEIRA DE ARAÚJO, os três grandes vultos que lhe despertaram a atenção para dentre eles escolher um que daria o nome ao Museu, concluindo suas preferências pelo nome na verdade invulgar de JOÃO VIEIRA DE ARAÚJO, o antigo e acatado professor de Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife. Na segunda parte do trabalho, o autor tece comentários em torno do ensino jurídico, fazendo uma apreciação do método adotado nos Estados Unidos da América do Norte, ressaltando, melancolicamente e textualmente que "no Brasil, não há ensino jurídico. A falência do ensino de direito, entre nós, é absoluta". Diz isso, acrescentando: "O pobre, o coitado, o arcaico método do monólogo é o que há, ou pode haver de mais anti-científico, anti-pedagógico e anti-racional do mundo". Aponta, em abono da crítica que faz ao "método do monólogo", a autoridade de EUGÈNE DUTHOIT, Deão da Faculdade Livre de Direito, de Lille. Entende também que ASÚA incrimina o referido "método". Conclui, então, seu estudo, nessa parte, dizendo que "O Museu Criminal constituiu hoje em dia

uma peça necessária, imprescindível, obrigatória ao bom ensinamento do Direito Penal”. Propugna para que “ensinemos o Direito Penal ao vivo, com museus em mão, para que o ensino tenha tôda a eficiência e se revista do cunho prático que venha completar a teoria e sem o qual nada se constrói pedagogicamente”. Na terceira parte, sugere os elementos que devem compor um Museu Criminal e na quarta faz um necrológio do que êle próprio intitula “Meu Finado Museu Criminal”, lamentando o desinterêsse dos estudantes pela criação do mencionado Museu.

— Não negamos o mérito do Prof. Lauro Nogueira e admiramos sua cultura e sua vasta erudição. Compartilhamos com êle da idéia da criação de Museus Criminais nas Faculdades de Direito, contudo, ousamos divergir de sua opinião no ponto em que êle afirma que a existência de um Museu Criminal é imprescindível e obrigatória ao ensino do Direito Penal, mormente ao se referir à cadeira de que é docente livre, que trata dos crimes em espécie e no ensinamento da qual lhe sobreveio a idéia da criação do Museu Criminal da Faculdade de Direito do Ceará. Cremos que o ilustre professor equivocou-se mesmo ao julgar que ENGÈNE DUTHOIT e o próprio ASÚA compartilham de sua opinião. Êsses autores, por certo, fazem reparo ao ensino exclusivamente teórico, em forma de monólogo, mas não fazem depender o êxito do ensinamento do Direito Penal da existência de Museus Criminais. E nem poderiam fazê-lo, pela razão óbvia de que o Direito Penal é ciência normativa, dogmática, e os Museus destinam-se, especialmente, ao estudo das ciências causais-explicativas, isto é, daquelas que estudam, digamos, a etiologia do crime. O Museu Criminal é, sem dúvida, muito útil e necessário, por exemplo, ao estudo da Medicina Legal, da Antropologia Criminal ou da Criminologia, em geral, matérias que estão incluídas no vasto campo da enciclopédia das ciências penais e que, inegavelmente, despertam grande interêsse aos estudiosos do Direito Penal, mas, daí, não se pode con-

cluír que seja “imprescindível e obrigatória” para o estudo daquela disciplina.

“Faríamos uma outra restrição ao estudo do Prof. Lauro Nogueira, na parte em que êle diz que “no Brasil não há ensino jurídico, porque o método adotado é anti-científico, anti-pedagógico e anti-racional”. Ainda há pouco o Prof. Caio Mário Pereira, ilustre representante da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais neste Congresso, relatando um trabalho, salvo engano, sôbre o “Ensino Prático do Direito”, em cujos debates tomamos parte, enalteceu o ensino jurídico do Brasil, chegando mesmo a considerá-lo quase perfeito, procurando demonstrar sua eficiência com a projeção que têm tido inúmeros vultos do cenário jurídico nacional.

“Não somos tão otimista quanto o Prof. Caio Mário Pereira, mas não tão pessimista quanto o Prof. Lauro Nogueira. Figuramos ao lado daqueles que pensam que devemos aliar ao método vigente de ensino teórico o ensino prático do direito, mas sem esquecer que o estudo do direito, no seu aspecto científico, é necessário e indispensável.

“Somos, assim, pela aprovação do trabalho do Prof. Lauro Nogueira, com as restrições apontadas, considerando-se o dito trabalho, não como tese, porque não oferece nenhuma proposição, mas como contribuição ao I Congresso Nacional de Ensino Jurídico” (10).

A Comissão de Estudos da qual fazíamos parte aprovou finalmente a contribuição do Prof. Lauro Nogueira, recebendo-a, porém, como memória, “com a recomendação a ser feita aos poderes competentes no sentido de serem concedidas verbas às Faculdades de Direito para a instalação de museus para as cadeiras que comportarem essa modalidade de ensino experimental

(10) — “Anais do I Congresso Nacional de Ensino Jurídico, comemorativo do quinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará”, pág. 469.

e visual, a juízo das Congregações”, tendo o Plenário aprovado essa conclusão.

Parecia, assim, que o assunto estava encerrado. Eis, porém, que ao abrir o ano letivo de 1956, com uma aula que lhe foi incumbida pela Congregação, veio o Prof. Lauro Nogueira denunciar, naquele momento impróprio, a “destruição” do que êle já em 1953 chamava “Meu Finado Museu Criminal”, deixando nas entrelinhas a impressão de que nos caberia a responsabilidade da denunciada destruição, insistindo na tecla antiga, combatida e examinada acima.

Não sabemos qual seria a idéia, no futuro, que se poderia fazer de semelhante fato, na verdade grave, se verdadeiro. Por isso apressamo-nos a esclarecer que seu “Museu Criminal”, isto é, a estante com êsse nome, continua a existir e, — capricho do destino —, no mesmo salão onde o Prof. Lauro Nogueira, com mestria, transmite a seus alunos os ensinamentos de Direito Constitucional, de cuja disciplina é hoje catedrático. Desapareceu unicamente o pacote de modelo de fichários, fato que, por solidariedade, também lamentamos, supondo ter sido objeto de gracejo do espírito juvenil de algum aluno, falta que pode, no entanto, ser reparada fàcilmente pela reposição de novos modelos.

* * *

Não devemos concluir sem salientar que nosso único objetivo, ao fazer referência a essa última parte do nosso trabalho, visa exclusivamente a ressaltar nossa responsabilidade numa acusação de que fomos vítima, sem querer demonstrar nenhum

desdém pelo mestre Lauro Nogueira, a quem acatamos com o devido respeito.

Enfim, ambos poderíamos justificar nossas atitudes com o desejo que ambos alimentamos de contribuir para o método do ensino do Direito Penal.